

INTRODUÇÃO

«Assunto Arrumado»

30 de Setembro de 1974. No Palácio de Belém ouve-se o estrondo do bater de uma porta e o som de passos firmes e decididos. Na sequência dos dramáticos acontecimentos dos últimos dias, o general António de Spínola apresentara ao Conselho de Estado a sua renúncia ao cargo de presidente da República. Spínola fora o primeiro presidente da República após o 25 de Abril mas nos meses que se seguiram à «revolução dos cravos» as suas relações com os chamados «capitães de Abril» tinham-se deteriorado muito significativamente.

Spínola tentara já, por diversas vezes, chamar a si o controlo político e militar da situação. Procurara dissolver a Comissão Coordenadora do Movimento das Forças Armadas (MFA), onde se agrupavam os oficiais responsáveis pela revolução; depois, tentara reforçar os poderes presidenciais e adiar as eleições para a Assembleia Constituinte, através do chamado «golpe Palma Carlos». Agora, no final de Setembro, os «spínolistas» tinham planeado uma grande manifestação, a ter lugar na cidade de Lisboa. Nesta manifestação, a chamada «maioria silenciosa» deveria demonstrar, de forma inequívoca, o apoio popular ao general. Serviria assim de pretexto para que Spínola conseguisse operar uma mudança significativa no equilíbrio do poder político, dissolvendo a Comissão Coordenadora do MFA, promovendo a demissão do primeiro ministro, Vasco Gonçalves, e legitimando o reforço dos poderes do presidente da República.

A reacção do MFA foi, contudo, decisiva. As unidades militares afectas ao Movimento foram prontamente mobilizadas e as acções programadas por Spínola e seus apoiantes eficazmente anuladas.

O «25 de Abril» estava, de novo, «sobre rodas», como diria o então capitão Vasco Lourenço. Em torno da cidade de Lisboa, ergueram-se barricadas populares, procurando evitar a entrada na capital dos eventuais apoiantes de Spínola. No dia 28 de Setembro, o gabinete da Presidência da República, reconhecendo uma primeira derrota, emitiu um comunicado no qual se afirmava que não seria «conveniente» a realização da manifestação. Dois dias depois, Spínola apresentou finalmente a sua demissão numa

reunião da Junta de Salvação Nacional com a presença dos membros do Conselho de Estado.

O homem que tinha presidido aos destinos do País por pouco mais de cinco meses abandonou, por conseguinte, a Sala Cor-de-Rosa do Palácio de Belém onde a reunião se realizava. Mas os restantes membros da Junta de Salvação Nacional e do Conselho de Estado mantiveram-se reunidos. O general Francisco da Costa Gomes assumiu a direcção da reunião. Era ele, desde o início, o «número dois» do novo regime, ocupando o cargo de Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas. Com ele, nos dias anteriores, já o MFA tinha discutido a eventual sucessão de Spínola e a necessidade de o homem em quem os capitães tinham depositado a sua confiança antes mesmo do 25 de Abril, dar um passo em frente e assumir a Presidência da República.

De pronto, Costa Gomes inquiriu os diversos conselheiros de Estado, em especial os de formação jurídica, sobre o procedimento adequado e sobre a necessidade de se substituir de imediato o presidente da República. Vários conselheiros, entre os quais os professores Ruy Luís Gomes e Diogo Freitas do Amaral, manifestaram-se a favor da escolha imediata de um novo presidente. Freitas do Amaral considerava a «designação» de um novo presidente da República como «a primeira prioridade neste momento» para evitar uma «sensação de vazio do Poder». Consultadas as leis constitucionais em vigor, concluiu-se que o presidente da República deveria ser escolhido pela Junta de Salvação Nacional entre os seus membros. Acontece, porém, que na sequência do chamado «28 de Setembro» os oficiais da Comissão Coordenadora do MFA tinham imposto também a demissão de três outros membros deste órgão, para além, evidentemente, de Spínola: Diogo Neto, Silvério Marques e Galvão de Melo. Restavam apenas três membros na Junta de Salvação Nacional: o general Costa Gomes e os almirantes Pinheiro de Azevedo e Rosa Coutinho, encontrando-se este último ausente em Angola, onde presidia à respectiva Junta Governativa.

Costa Gomes solicitou então que os membros do Conselho de Estado que não faziam parte da Junta permanecessem nessa reunião de 30 de Setembro de 1974, colocando logo de seguida uma outra questão: «Pode a escolha do novo presidente da República ser feita apenas por duas pessoas, em nome de uma Junta que por lei tem sete membros?» Pronunciaram-se de novo os juristas membros do Conselho de Estado: «no rigor dos princípios», o novo presidente da República não podia ser eleito por apenas

três membros da Junta, pelo que seria necessário cooptar novos elementos para aquele órgão. No entanto, alertou Freitas do Amaral, este processo seria «demasiado longo» e o país não poderia «ficar quatro ou cinco dias à espera de ter um presidente da República».

O impasse foi resolvido com a intervenção de Isabel Magalhães Colaço, professora da Faculdade de Direito de Lisboa. Na sua opinião, em situações de declarado «estado de necessidade» a «observância de certas formalidades processuais» poderia ser dispensada. Para além disso, a Junta dispunha ainda de três membros, o mínimo para o funcionamento de «qualquer órgão colegial». Possuía, por conseguinte, «toda a legitimidade para fazer neste momento a escolha presidencial que lhe compete, desde que na deliberação intervenham os três membros que presentemente a compõem». Pela sala ouviram-se suspiros de alívio. «Temos o assunto arrumado», exclamou o almirante Pinheiro de Azevedo, «eu cá por mim voto aqui no sr. general Costa Gomes». Contactado telefonicamente, Rosa Coutinho manifestou, desde Luanda, a sua concordância com a escolha¹.

«Foi quase por uma imposição», confessou depois o novo presidente da República. Os membros do Conselho de Estado não lhe tinham deixado grande margem para escolha: «Sr. general, estamos perante uma situação muito grave que tem de ser resolvida rapidamente. Não podemos estar sem presidente. A Revolução poderá sofrer graves perturbações se o lugar não for ocupado imediatamente. E de momento só o sr. general o pode, de facto, ocupar².» «Fui empurrado para presidente da República sem nunca o ter pretendido», afirmou Costa Gomes³.

CAPÍTULO I

A CARREIRA MILITAR

1. De Chaves a Lisboa

Quem era o homem que acabara de ser, segundo as suas próprias palavras, «empurrado» para a Presidência da República em Setembro de 1974? Nascido em Chaves a 30 de Junho de 1914, Francisco da Costa Gomes era filho de António José Gomes e de Idalina

Júlia Monteiro da Costa. O pai, capitão do Exército, tinha participado nas «campanhas de África», entre 1904 e 1908, mas faleceu bastante novo, quando o jovem Francisco tinha apenas sete anos. Na sua infância adquiriu papel de grande relevo a sua mãe, viúva aos 41 anos com oito filhos nos braços. A mãe foi a verdadeira figura central da família com quem Costa Gomes reconhece ter tido uma «ligação muito forte» apesar de, por vezes, «bastante conflituosa». Idalina era, conforme recorda o filho Francisco, uma «mulher de valor, muito activa e dinâmica» com «dotes excepcionais de dona de casa, de mãe e de enfermeira». Tinha sido educada num colégio de freiras e procurou transmitir aos seus filhos os princípios da religião católica. Este «excesso de religiosidade» acabou por ser, por vezes, a causa da tal conflitualidade. Francisco tinha cinco irmãos e duas irmãs. Ao longo da sua vida, juntamente com a mãe e as suas duas irmãs (Idalina e Maria), assistiu à morte dos cinco irmãos homens: João, Augusto, José, Henrique e António. Foi para sua mãe um processo «extremamente doloroso», no qual lhe terá valido, sobretudo, «a sua religiosidade e o seu espírito combativo»¹.

Já depois da morte do pai, o jovem Francisco concluiu a instrução primária em Chaves e, pouco depois, iniciou os estudos no Colégio Militar com dez anos de idade, ou seja em 1924. A deslocação para a capital do país foi um momento determinante, uma alteração profunda na sua vida. De certa maneira, representou o «corte do cordão umbilical». Sabia agora que nunca mais podia ir a Chaves nas férias de Páscoa ou de Natal, uma vez que a família «não tinha dinheiro para me pagar a ida de Lisboa para Chaves e o regresso». Assim, Costa Gomes entrava no Colégio Militar no mês de Outubro e só voltava a Chaves no final do ano lectivo, em Junho ou Julho². Mas, como o próprio reconheceu, «dadas as condições económicas em que vivia a minha família, não existiam possibilidades de estudar noutra sítio»³.

No Colégio Militar, já anteriormente frequentado por três dos seus irmãos, Francisco da Costa Gomes sentiu-se «bastante violentado» pela existência de um conjunto de «regras rígidas de cuja utilidade duvidava». Apesar de não ser uma opção que muito lhe tenha «agradado», frequentou esta instituição entre 1924 e 1931, sendo o aluno 254 do ano de 1924⁴. O Colégio Militar era, na altura, dirigido pelo general Bernardo de Faria e Silva e, a partir de Dezembro de 1925, pelo general José Justino Teixeira Botelho. Nos derradeiros anos de Costa Gomes no Colégio Militar foi ainda director o brigadeiro Júlio de Moraes Sarmiento⁵.

Francisco da Costa Gomes conseguia «arejar» da vida «monástica e disciplinada» que se levava no Colégio Militar apenas nalguns domingos, aproveitando para sair com um dos irmãos mais velhos que também se encontrava no colégio. Mesmo assim, o Colégio Militar caracterizava-se por um regime bastante «apertado», estando o número de saídas dependente das notas e do comportamento dos alunos. Ora, se no que às notas dizia respeito o jovem Francisco as conseguia ter «sempre regulares», quanto ao comportamento «não havia o mesmo nível». Deste modo, Costa Gomes não era autorizado a sair do Colégio mais do que uma ou duas vezes por mês, aproveitando normalmente para visitar alguns amigos de seu pai ou um tio que vivia em Lisboa. A presença de um irmão mais velho no Colégio foi bastante importante. Foi ele «quem me marcou mais», recorda Costa Gomes, uma vez que estava já no 4.º ano quando entrou e, por conseguinte, «já conhecia o colégio militar muito melhor do que eu, dava-me conselhos» e até o ajudava a fazer «um certo número de trabalhos», nomeadamente «aqueles cadernos de botânica que eram muito complicados e, para os quais, eu não tinha jeito nenhum». Desde muito cedo, acrescenta-se, Costa Gomes começou a dar explicações, conseguindo assim completar o magro orçamento familiar⁶.

[...]

Que futuro para Portugal?

O Verão de 1975 foi um período de ainda maior intensificação das tensões na sociedade portuguesa. Acentuaram-se as divisões em termos político partidários, opondo sobretudo o PS ao PCP, e também em termos militares, com a definição cada vez mais clara de vários sectores no seio do próprio MFA. Ao longo deste «Verão quente», Costa Gomes procurou, acima de tudo, agir como um «conciliador» entre as partes desavindas. Em meados de Abril já afirmava: «É claro que tenho de ser um conciliador, porque eu defendo, apesar de ter comandado, seis anos e meio, tropas em campanha, à outrance, a todo o custo, as soluções pacíficas¹.»

Porém, esta preocupação em conciliar os vários sectores políticos e militares não significava que o presidente flutuasse ao sabor das circunstâncias, como chegou a ser acusado, ou que, indeciso, fosse um «neutro», sem as suas ideias próprias sobre o futuro de Portugal. Aliás, o próprio Costa Gomes não gostava de ser acusado de «indeciso». Já

em 1976, numa entrevista à televisão sueca, o presidente viria a contestar esta ideia: «O que contesto, e tenho contestado sempre, é que seja uma pessoa indecisa, uma vez que me tenho habituado, desde muito novo, a decidir por mim próprio e às vezes em circunstâncias difíceis. Não se é impunemente seis anos e meio comandante de tropas em campanha e posso, com certo orgulho, dizer que não dei azo a suspeitas de qualquer indecisão minha durante esse longo período em que comandeie o maior número de tropas portuguesas que jamais houve em campanha².» Na verdade, o comportamento de Costa Gomes justificava-se sobretudo pelo seu *modus operandi* muito próprio, assim definido pelo então ministro da Coordenação Interterritorial, Almeida Santos: uma «maneira muito pessoal de encarar e tentar resolver as coisas: recusando-se a encará-las no ponto crítico, deixando-as amadurecer, e indo encará-las mais adiante, em plena fase desinflamatória³. Trabalhando de perto com Costa Gomes, enquanto secretário permanente do Conselho da Revolução, o então major Loureiro dos Santos salienta igualmente a «preocupação permanente» de Costa Gomes em «resolver os conflitos pelo recurso à negociação, explorando e apostando nos interesses que aproximavam as diversas partes em confronto e esbatendo os pontos de discordância». Por outro lado, tratava-se de uma personagem dotada de «impressionante calma e frieza, com um puro raciocínio matemático, em ambientes de excitação e caos⁴».

Politicamente, Costa Gomes gostava de se definir, na altura, como «um católico muito progressista» mas não como um «puro marxista⁵». Com base nas suas declarações e nas suas atitudes é fácil concluir que o presidente da República defendia, por convicção própria, por princípio ideológico, a evolução do país no sentido de uma democracia pluralista de tipo ocidental e nunca no sentido de um regime de partido único ou de ditadura militar. Considerava fundamental, porém, que essa evolução fosse assegurada pela presença devidamente «institucionalizada» do MFA na vida política portuguesa. Ao longo deste período e à medida que as crises se sucediam, Costa Gomes teve como preocupação essencial, em praticamente todas as suas intervenções públicas, tornar clara a sua defesa de um regime pluripartidário para Portugal e a sua oposição a tentativas de hegemonização da vida política portuguesa por um único partido ou sector, afastando-se assim do «puro marxismo» que repudiava. Sempre que se referiu à construção de uma sociedade «socialista» em Portugal – como era típico do vocabulário político da época –

Costa Gomes fez questão de acrescentar qualificativos como «democrática», «pluripartidária» ou «pluralista».

No entanto, o posicionamento do presidente da República ao longo destes meses decisivos para o futuro do País só será compreendido se entendermos que Costa Gomes pautou sempre as suas declarações e a sua actuação por uma conjugação pragmática entre, por um lado, as suas próprias ideias e desejos para o futuro do país e, por outro lado, uma visão «realista», dotada de sensibilidade aguda aos equilíbrios momentâneos do poder político e militar. Com uma «rara capacidade de discernir em qualquer momento qual era a relação de forças», Costa Gomes avaliava permanentemente os equilíbrios existentes e raramente se opunha de forma directa à «força dominante» num determinado período, procurando sempre evitar a escalada no confronto e, em última análise, a guerra civil⁶. Por outras palavras, a sua avaliação constante dos equilíbrios políticos e militares, o seu pragmatismo político, a sua natural tendência para «conciliador», levaram no, muitas vezes, a fazer cedências e a pactuar com quem defendia um futuro diferente do imaginado por si para a sociedade portuguesa. Essa condescendência verificou-se umas vezes apenas ao nível da retórica, outras vezes ao nível das suas atitudes políticas concretas. Nos meses de Verão e Outono de 1975, até ao momento em que, na sua percepção, tanto do ponto de vista militar como civil, o sector «gonçalvista» conotado com o PCP manteve a superioridade ou, pelo menos, a força suficiente para pôr em perigo a paz civil, Costa Gomes evitou o confronto, fez concessões, avançou passo a passo, por vezes deparando com grande exasperação e alguma incompreensão das forças «moderadas», também tanto no plano militar como civil.

[...]

Um governo «de passagem»

Nessa noite, num jantar privado com Carlucci, os dirigentes socialistas Mário Soares e Salgado Zenha afirmaram ter «sérias dúvidas» acerca de Costa Gomes, apesar de deixarem entender que ainda não o tinham posto «completamente de parte». É certo que o presidente proferia «discursos moderados», mas tinha acabado por apoiar Vasco Gonçalves em vários momentos cruciais, pelo que Soares e Zenha acreditavam na

possibilidade de Costa Gomes estar a ser «chanta-geado» pelo PCP. Consideravam, porém, que os Estados Unidos deveriam continuar a pressionar o presidente para que este efectivasse as mudanças consideradas necessárias. Carlucci informou-os de que o tinha feito nessa mesma manhã⁶⁹. Intrigado com o comportamento de Costa Gomes, o Departamento de Estado perguntava para Lisboa se eram credíveis os relatos segundo os quais o presidente da República poderia estar a ser chantageado pelo PCP. Que informações teriam os comunistas acerca de Costa Gomes⁷⁰? De acordo com a embaixada norte-americana em Lisboa, existiam dois «relatos» de alguma importância e credibilidade acerca das actividades de Costa Gomes enquanto comandante militar em África. O primeiro dizia respeito ao modo como teria elogiado a actuação dos «Flechas» e solicitado a criação de mais unidades desta força da PIDE/DGS em Angola; o segundo referia que, enquanto esteve em Angola, teria descoberto que um navio holandês se preparava para partir da Europa para Angola transportando armas para o MPLA e ordenado a sua destruição à bomba. Nenhum destes relatos, porém, constituía motivo suficiente para que os comunistas pudessem exercer qualquer tipo de «chantagem» sobre Costa Gomes. Assim, segundo a embaixada, «ao avaliar a enigmática personalidade política de Costa Gomes é necessário ter em conta que ele e Vasco Gonçalves têm uma longa relação de amizade pessoal, que o filho único do presidente viveu com a família Gonçalves enquanto Costa Gomes esteve ao serviço em África; e que o filho do presidente e a filha de Gonçalves, segundo se diz, são namorados e, alegadamente, ambos membros do Partido Comunista Português»⁷¹.

O recurso ao argumento da «chantagem» enquanto categoria explicativa, salientava ainda Frank Carlucci, era muito comum em Portugal, sobretudo quando o comportamento de uma personagem se tornava difícil de entender ou quando as suas acções prejudicavam directamente os interesses de um determinado grupo. Muitas vezes era o grupo que se considerava prejudicado que recorria ao argumento da chantagem. Não obstante, era também do conhecimento geral que, após o 25 de Abril, o Partido Comunista Português se tinha conseguido apoderar de ficheiros da antiga PIDE/DGS, podendo existir, por conseguinte, «terreno amplo» para o exercício de chantagens pessoais⁷².

Quanto às questões familiares e ao papel do filho do general Costa Gomes, a embaixada norte-americana voltaria, alguns meses mais tarde, ao assunto. Grande parte da

capacidade de influência do Partido Comunista Português sobre o presidente da República era proveniente do seu próprio filho, membro da «juventude comunista» que, inclusivamente, teria já ameaçado com «greve de fome» caso o pai não assumisse uma determinada posição favorável ao PCP⁷³. A história é confirmada por militantes comunistas da altura que afirmam ter recrutado o filho do general Costa Gomes e, em determinados «momentos críticos», lhe ter transmitido instruções do Partido Comunista Português⁷⁴.

[...]

A «ponte aérea»

No dia seguinte, Costa Gomes encontrou-se durante 45 minutos com o embaixador norte-americano. Frank Carlucci começou por salientar que Portugal atravessava agora um «momento crucial» e que as decisões fundamentais estavam nas mãos de Costa Gomes. De acordo os seus discursos, os Estados Unidos entendiam que o Presidente favorecia um regime de «socialismo democrático». Aguardavam, no entanto, indicações concretas de que este era o caminho que o país iria trilhar. Portugal estava, insistiu o embaixador, num «momento de viragem» e era necessário que o presidente tomasse determinadas «decisões políticas» caso pretendesse alcançar os objectivos que, acreditava Carlucci, ambos partilhavam. Costa Gomes pareceu inclinar a cabeça em sinal de «concordância» embora, acrescentou Carlucci no relato enviado para Washington, «com ele nunca se saiba». A maior surpresa para Carlucci foi quando Costa Gomes lhe afirmou que o Partido Comunista tinha mudado muito e que era indispensável a sua presença continuada no novo Governo em formação. Carlucci argumentou que as mudanças dos comunistas portugueses eram meramente «táticas» e que Cunhal nunca o poderia convencer a ele nem ao Governo norte-americano de que seria «uma força a favor da liberdade e da democracia em Portugal». Costa Gomes admitiu que a mudança de Cunhal poderia ser «tática» mas que, no contexto de então, era necessário que o próximo Governo continuasse a incluir membros do PCP. O partido tinha uma vasta base social de apoio na classe operária da cintura industrial de Lisboa e de Setúbal e, por conseguinte, o seu afastamento do Governo seria sinónimo de «violência, greves e outras táticas disruptivas», algo que o novo Governo não conseguiria enfrentar. No final da reunião, Costa Gomes disse não ter dúvidas que a

«influência comunista» estava a diminuir e que a situação iria melhorar. As Forças Armadas tinham dado um «forte sinal» de que não pretendiam um «Portugal comunista». Nos comentários enviados para Washington, Carlucci considerava as palavras de Costa Gomes acerca do PCP extremamente *naif*, mas reconhecia que ele poderia ter razão quando evocava a capacidade de mobilização dos comunistas em Lisboa e em Setúbal⁸⁰.

Na altura em que Carlucci insistia junto de Costa Gomes para que este tomasse uma decisão relativamente ao futuro político de Portugal, também o presidente português tinha um pedido para fazer ao Governo dos Estados Unidos. No encontro acima descrito, Costa Gomes apresentou ao embaixador norte americano um «pedido formal» de auxílio para o transporte dos cerca de 300 mil portugueses que pretendiam regressar de Angola. Portugal conseguiria apenas transportar um terço destes «refugiados», utilizando 3 aviões da TAP, mas não dispunha de meios suficientes para criar a verdadeira «ponte aérea» necessária para trazer de volta de Angola os restantes 200 mil portugueses. Costa Gomes pretendia saber se os Estados Unidos estavam dispostos a ajudar Portugal nesta missão.

[...]

O embaixador Frank Carlucci decidiu então estabelecer uma ligação muito directa entre o pedido que acabava de receber por parte do presidente da República e as mudanças políticas que, na opinião dos Estados Unidos, deveriam verificar se em Portugal. Carlucci começou por dizer que estava particularmente «preocupado» com o facto de o auxílio norte americano ao transporte dos refugiados angolanos poder ser interpretado como «um apoio a certas facções políticas na presente luta». Costa Gomes disse não entender onde o embaixador queria chegar. Carlucci explicou o melhor que pôde: «O nosso auxílio tinha objectivos humanitários e nós não queríamos que pudesse ser interpretado como uma forma de apoio político a um Governo cujos objectivos e orientação política eram a antítese daquilo que os Estados Unidos defendiam.» Daí que Carlucci solicitasse que a carta pedindo auxílio fosse oriunda da Presidência da República e não do Governo e ainda que Costa Gomes nomeasse um dos seus ajudantes directos como interlocutor da embaixada⁸². [...]

As instruções da administração norte-americana apenas chegariam a Lisboa no dia 2 de Setembro, ou seja, já depois de ter sido anunciada publicamente a demissão de Vasco Gonçalves do cargo de primeiro-ministro. O embaixador Frank Carlucci era autorizado a informar Costa Gomes que, em resposta ao pedido efectuado e «numa base puramente humanitária», os Estados Unidos iriam providenciar dois aviões por um «período indefinido» para auxiliar na evacuação dos cidadãos portugueses de Angola para Portugal.

Os voos poderiam iniciar-se dentro de 3 dias. No entanto, uma vez que tinha também sido aventada a possibilidade de Vasco Gonçalves vir a ser nomeado CEMGFA, Carlucci deveria aproveitar a ocasião para avisar o Presidente português de que o «esforço de evacuação» só seria realmente «significativo em termos humanitários» caso existisse em Portugal uma «atmosfera de tranquilidade, cooperação e democracia». Ora, a manutenção de Vasco Gonçalves numa posição-chave da estrutura político-militar portuguesa apenas contribuiria para prolongar a situação que «esteve na origem da crise portuguesa das últimas semanas». Por fim, Carlucci era avisado pelo Departamento de Estado que, «dependendo dos acontecimentos», os Estados Unidos poderiam «expandir ou suspender a ponte aérea a qualquer momento».

O Governo americano levaria «seriamente» em consideração a opinião dos «moderados» quanto a este assunto⁹⁰. Nesse mesmo dia, Carlucci efectuou a diligência junto de Costa Gomes, transmitindo-lhe as indicações recebidas de Washington. O presidente manifestou a sua satisfação. Aos seus colaboradores confessaria, porém, que tinha ficado «desapontado» com a «magnitude» da resposta americana⁹¹.